

Informe conjuntural

Economia em foco

Nº 16

DEZEMBRO

2011

Ficha Bibliográfica

Titulo: Informe Conjuntural – Economia em foco nº 16

Autoria: Subseção DIEESE – CUT Nacional

Equipe Técnica Responsável: Adriana Marcolino, Alexandre Sampaio Ferraz; Leandro Horie e Patricia Toledo Pelatieri. **Apoio Técnico:** David Roberto Oliveira

Resumo: Estudo elaborado para a reunião da Direção Nacional da CUT realizada nos dias 08 e 09 de dezembro de 2011, em São Paulo.

Palavra Chave: Perspectiva na economia para 2012, mercado de trabalho

Diretório: DIEESE/Conjuntura/2011/economia em foco/versão final/[Informe conjuntural nº 16 dezembro 2011- versão final.doc](#)

Conjuntura econômica: Perspectivas para 2012

Introdução

Ao contrário do início do ano, o final de 2011 mostra a equipe econômica do governo tentando de várias formas estimular os investimentos e o consumo interno, que vêm sofrendo impactos da crise internacional, mas é resultado principalmente do aumento de juros praticado no primeiro semestre, sob a justificativa de combater uma suposta “inflação de demanda” (que como já vimos em outros números do “Economia em Foco”, não tinha características desse tipo de inflação de forma predominante).

Estas medidas buscam recuperar a atividade econômica e melhorar as perspectivas de crescimento para 2012, uma vez que os indicadores conjunturais da economia (com exceção do comércio, que se manteve estável) sofreram forte reversão a partir de junho deste ano, em especial na atividade industrial e nos investimentos em formação bruta de capital fixo (FBCF), que se materializaram no fraco resultado do PIB do segundo trimestre de 2011 (onde os serviços e o comércio ainda compensaram parte da queda) e do PIB zero no 3º trimestre.

Vale lembrar que além da queda da demanda interna e do aumento dos juros, o câmbio valorizado (outra decorrência dos juros altos) e a crise internacional também influenciaram o desempenho do setor industrial e dos investimentos no período.

Soma-se a isto, a contenção de gastos do governo federal, que atuou fortemente sobre os chamados “gasto de custeio”, buscando reduzi-los, e que teve como seu principal efeito a queda dos investimentos públicos, outro elemento importante no desempenho da economia brasileira.

Apesar do cenário de desaceleração da economia o desempenho do mercado de trabalho (elemento chave do mercado interno), apresentou bom desempenho. Mesmo inferior a 2010, a criação de novos postos de trabalho formais ainda é expressiva (apesar de queda na geração de vagas no setor industrial) e a taxa de desemprego permanece no mesmo patamar reduzido de 2010. No mercado de trabalho, o indicador negativo é a renda média real do trabalho que está estagnada, interrompendo o ciclo de recuperação de períodos anteriores.

Com estes elementos, o quadro que se desenha no final de 2011 é de incerteza em relação tanto ao desempenho geral da economia em 2011 (qual será o resultado final do ano), mas principalmente em relação a 2012.

Diante deste diagnóstico de desaceleração da economia e deterioração das expectativas, aceito no momento atual sem ressalvas pelo “mercado financeiro” e pela equipe econômica, o governo, além de promover uma nova queda da taxa de juros em sua última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), reduzindo-a para 11% ao ano, ainda vem atuando em políticas setoriais para a indústria, começando com modificações no IPI da indústria automobilística (“Plano Brasil Maior”) e no recente pacote (lançado no dia 01 de dezembro de 2011) de medidas para estimular a economia, com diminuição de impostos (IPI em especial) para a “linha branca” (eletrodomésticos como geladeiras, fogões, etc.) e alguns insumos industriais, além da redução do IOF em operações financeiras, internas e externas. Novamente as medidas de redução de tributo para as empresas não vem acompanhadas da obrigatoriedade de contrapartidas sociais. Significa dizer que a União abre mão de receitas que poderiam ser utilizadas nas políticas sociais e a população não tem qualquer garantia de que esse benefício chegue à ponta, seja via redução de preço, seja através de mais e melhores empregos ou relações de trabalho mais democráticas. Portanto é difícil avaliar quais e por quanto tempo serão os resultados.

Como apontado no Economia em Foco” nº 15, o governo vem tentando realizar o ajuste “por dentro” do modelo do Plano Real, o que coloca a

necessidade do investimento crescer acima da demanda por certo tempo, de forma a aumentar a oferta disponível da economia e ampliar o PIB potencial (balizador do sistema de metas de inflação). O crescimento dos investimentos para o período de 2011-2014 está projetado em 10,2% ao ano. Boa parte desse crescimento é influenciada pelo setor de petróleo e gás. A taxa de investimento da economia brasileira subirá dos 18,7% alcançados em 2010 para 22,9% em 2014, próxima da apontada como necessária para manter uma taxa de crescimento da economia entre 4 e 5%. Para atingir essa taxa, sem que o investimento contamine completamente a demanda, o investimento público é imprescindível. Como fazer isso em um cenário de aperto fiscal, é a questão.

O objetivo deste texto é apontar qual foi o caminho percorrido para que este cenário se materializasse, as perspectivas para 2012 e os desafios colocados para os trabalhadores no campo da política econômica, para subsidiar a reunião da direção nacional da CUT.

O caminho percorrido no primeiro semestre: pressões inflacionárias e o “velho” antídoto de combate

O ano de 2011 apresentou atividade econômica ainda aquecida (reflexo de 2010), conjuntamente com um arrefecimento da atividade industrial e maiores pressões inflacionárias (também advindas desde meados do 2º semestre de 2010), que elevaram os índices mensais de inflação e geravam uma projeção de “estouro” do teto da meta para 2011.

O “mercado financeiro” e os analistas econômicos mais conservadores (predominantes nos meios de comunicação) foram unânimes: era uma inflação causada pelo excesso de demanda, principalmente devido ao que eles chamaram de “descolamento” dos salários com a produtividade da economia, com os primeiros crescendo a taxas muito superiores e gerando pressões de custos para as empresas, que “tinham” que ser repassados aos consumidores. Elegeram como “vilão” os considerados por eles “generosos” ganhos salariais obtidos nas negociações coletivas e do salário mínimo. Também afirmaram que parte da culpa era do governo federal, que concede muitos aumentos salariais e “incham a máquina pública”. A indicação era de que o governo deveria adotar o (velho) antídoto: aumento de juros para contrair a demanda e cortes nos gastos públicos. Iniciaram uma campanha para apontar que os salários eram “vilões” e que deveria haver maior “solidariedade do movimento sindical com a sociedade brasileira”, a fim de evitar o mal maior: a volta da inflação. Após um breve período, o discurso passou a se concentrar também no setor de serviços, ao afirmar (governo e mercado financeiro) que os aumentos do salário mínimo pressionavam esse setor.¹

Porém, conforme já debatido em outros números do “Economia em foco” da subseção do DIEESE/CUT, além da nota técnica produzida pelo DIEESE², a

¹ Edward Amadeo, ex-ministro do governo Fernando Henrique, declarou recentemente no Jornal “Valor Econômico” que somente o aumento do desemprego reduzirá as pressões inflacionárias.

² “Análise dos atuais componentes da inflação no Brasil”, Nota Técnica nº 98, Maio de 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec98inflacao.pdf>

verdade era que, com exceção do *emprego doméstico*³, os componentes mais diretamente ligados ao aumento da inflação eram três: o aumento dos preços das *commodities* (em especial os alimentos), os chamados “preços administrados” (contratos de serviços públicos, tarifas, etc., que foram “contaminados” pela alta dos IGP’s, estes muito influenciados pelo comportamento do dólar), além dos tradicionais preços sazonais, como os ligados à área de educação (que aumentam no início do ano em decorrência das matrículas). Curiosamente a “inflação de (excesso) demanda” era causada ou por fatores externos ou por preços controlados ou ainda por fatores sazonais. Os “preços concorrenciais”, aqueles onde a inflação causada por excesso de demanda aparece de forma clara, tinham pouca ou nenhuma participação no alta da inflação. Por isso, assim que se reduzissem aqueles fatores, haveria queda natural da inflação. Além de tudo, todas as economias do mundo viviam processo semelhante, o que seria mais um indicativo para a equipe econômica do governo fazer outra abordagem do problema.

Mas diante da pressão do “mercado”, o governo optou por elevar as taxas de juros, tanto que promoveu, desde janeiro de 2011, altas em cinco reuniões do COPOM consecutivas, revertendo este movimento somente na reunião de número 160º, em 31 de agosto de 2011, em decisão que não foi unânime mesmo quando os sinais de desaceleração já eram claros. Ainda houve o corte orçamentário no início do ano, que atingiu em “cheio” os investimentos públicos e que também apresentaram queda.

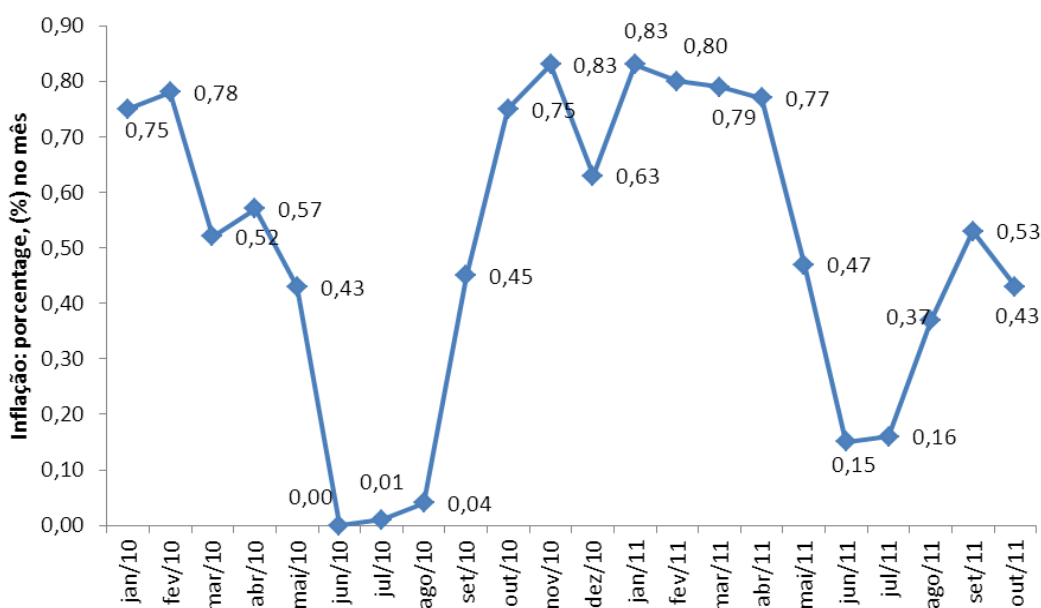
Um semestre de aumentos de juros, além de prejuízos diretos no investimento, valorizou ainda mais o câmbio, prejudicando principalmente o setor industrial que já dava sinais evidentes de queda. A queda dos investimentos públicos eliminou qualquer possibilidade de compensação da queda do investimento industrial.

³ Devido ao efeito do salário mínimo aliado ao fato de que a oferta deste tipo de serviço apresentava certa queda dado os seus baixos salários e a conseqüente migração dos ocupados deste tipo de trabalho para outras atividades econômicas, com salários maiores, aproveitando-se da expansão do emprego devido ao crescimento econômico. Não deixa de ser uma certa forma de “choque civilizatório” do mercado de trabalho brasileiro.

O mais curioso sobre o debate da inflação é que sua queda, causada devido ao fim dos impactos descritos acima, fez com que ela saísse completamente do foco do debate econômico atual, nem sendo mais motivo de preocupação para o chamado “mercado”, que indica a inflação dentro dos limites da meta para este ano e 2012. Apesar dos dados de outubro mostrar o índice um pouco acima da meta (teto de 6,5% ao ano), é consenso para todos, inclusive para os analistas conservadores de que a inflação brasileira está em queda, e não é mais uma preocupação, pois fechara o ano dentro dos limites da meta, sendo o Brasil um dos únicos países a cumpri-la. Entretanto, as medidas utilizadas pelo BC, baseadas em um diagnóstico equivocado da inflação, causaram impacto negativo na economia.

GRÁFICO 1

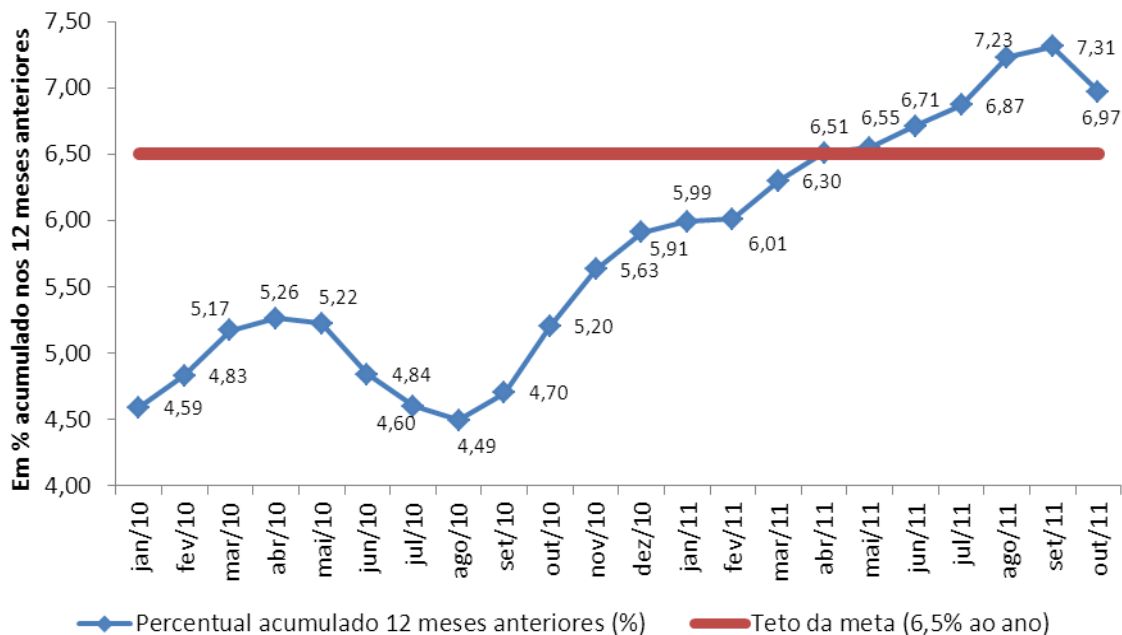
IPCA-IBGE: percentual no mês, janeiro de 2010 a outubro de 2011, em %



Fonte: SIDRA-IBGE.
Elaboração: Subseção DIEESE – CUT Nacional.

GRÁFICO 2

IPCA-IBGE: percentual acumulado nos 12 meses anteriores do respectivo mês, janeiro de 2010 a outubro de 2011, em %



Fonte: SIDRA-IBGE.

Elaboração: Subseção DIEESE – CUT Nacional

O caminho percorrido no segundo semestre: sinais de retração e medidas

O resultado desta dinâmica se mostrou mais claro quando foi a público os resultados da economia brasileira do 2º semestre de 2011, com o setor da indústria de transformação e os investimentos mostrando forte queda (compensada em parte pelo setor de serviços e comércio).

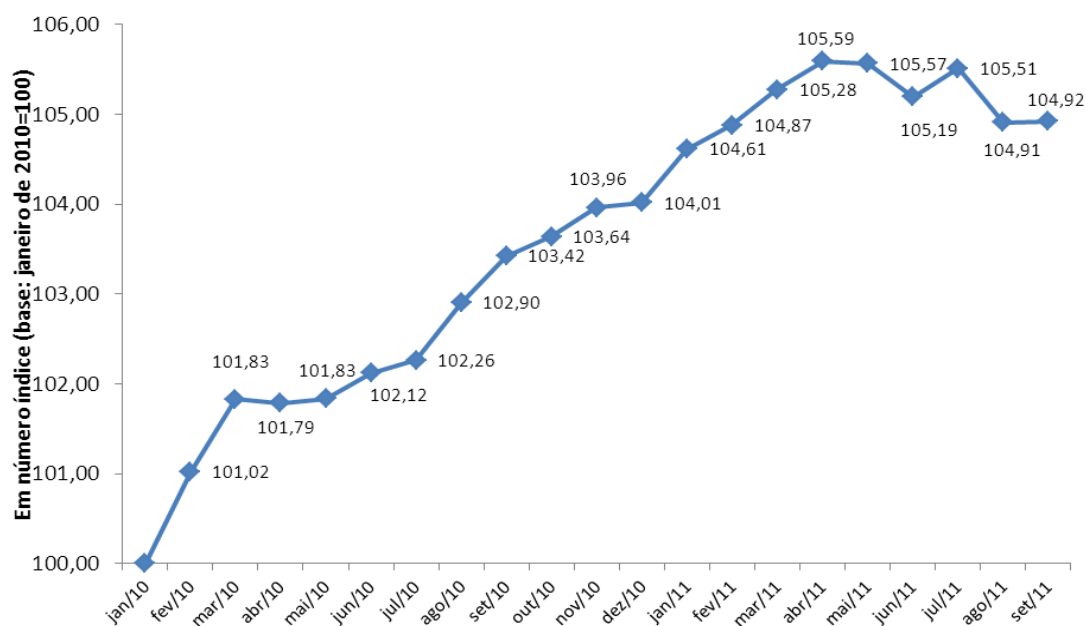
A variação do PIB para a indústria de transformação do 3º trimestre em relação ao trimestre anterior foi de -0,9%. Vale lembrar que a base de um crescimento econômico ocorre nas interações entre o investimento e a demanda interna, uma “puxando” a outra, e se o investimento cai, a tendência posterior é a da demanda cair também, deteriorando as perspectivas futuras e fazendo com que o investimento caia ainda mais.

A taxa de investimento no terceiro trimestre de 2011 foi de 20,0% do PIB, inferior à taxa referente à igual período do ano anterior (20,5%). A taxa de poupança alcançou 18,8% no terceiro trimestre de 2011, ante 19,6% no mesmo trimestre de 2010. O investimento, em especial da indústria de transformação, é o mais importante porque ele possui o maior impacto intersetorial, ou seja, o que gera maior dinamismo à atividade econômica.

Outro indicador importante que dá mostras de estagnação da atividade econômica brasileira, principalmente a partir de abril de 2011 quando começou a cair, é o Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-BR).

GRÁFICO 3

Índice de atividade econômica (IBC-Br) do Banco Central, de janeiro de 2010 a setembro de 2011, em número índice (base: janeiro de 2010=100).



Fonte: BC – Séries Temporais.
Elaboração: Subseção DIEESE – CUT Nacional

Mais do que indicar desaceleração da economia brasileira, que impactaria para “baixo” no crescimento de 2011, mostrava que o próprio ano de 2012 já estava comprometido. Com a queda nos investimentos, que tem um prazo de maturação mínima de 6 a 12 meses (ou seja, para começar a produzir

efeitos), a demanda de 2012 será afetada, diminuindo as possibilidades de crescimento.

Atento a estes movimentos, foram lançados pacotes com vistas a estimular a atividade industrial, inicialmente o “Plano Brasil Maior” e modificações no IPI da indústria automobilística e recentemente (lançado no dia 01 de dezembro de 2011) pacote de medidas para estimular a economia, com diminuição de impostos (IPI em especial) para a “linha branca” (eletrodomésticos como geladeiras, fogões, etc.) e alguns insumos industriais, além da redução do IOF em operações financeiras, internas e externas. Estes setores, além da construção civil, têm sido os mais privilegiados principalmente devido aos seus grandes efeitos dinâmicos no restante da economia (automobilística e linha branca) e pelo potencial gerador de empregos de forma rápida (construção).

O problema é que, no caso específico do setor industrial, a redução de juros e a desvalorização cambial têm potencial muito maior de solução de seus problemas do que pacotes tributários. O governo está tentando resolver através de isenções fiscais uma questão eminentemente macroeconômica, e ainda com o ônus da perda de arrecadação.

Somente o comércio tem apresentado ainda comportamento mais positivo (conforme pode ser analisado no “Informe” de nº 15), por estar momentaneamente descolado do restante da economia e também por ser o último semestre potencialmente mais “forte” devido às festas de final de ano. Isso inclusive reforça a tese de que o comportamento da economia é muito mais influenciado pelo comportamento da indústria de transformação e dos investimentos do que do comércio, que não é suficiente para sustentar a demanda interna.

O elevado grau de incerteza para o próximo ano é exatamente este: como o crescimento recente da economia brasileira (desde 2004) tem sido fruto de uma interação entre crescimento do investimento e do setor industrial, que aquece o mercado de trabalho e a demanda interna e que por sua vez estimula

novo ciclo de investimentos; a partir do momento em que um desses “elos” se enfraquece, posteriormente os outros se desaceleram da mesma forma.

O mercado interno (devido ao comportamento positivo do mercado de trabalho e aumento da renda), neste contexto, tem sido o eixo principal do crescimento econômico, alimentado pelo aumento dos investimentos tanto da indústria de transformação como públicos, mas com a desaceleração dos dois últimos, a demanda interna tende a cair, desacelerando a economia e desestimulando ainda mais os investimentos com impactos negativos sobre o mercado de trabalho. E neste momento de crise internacional, somente o crescimento através do mercado interno será possível.

A análise se concentrará nos dois elementos citados acima, investimento e mercado de trabalho, e suas perspectivas para os próximos anos.

Investimentos BNDES em 2011 e perspectivas para próximos anos

O quadro de relativa estagnação da indústria de transformação, como dito acima, em função do crescimento da importação, da desaceleração do consumo doméstico e da piora dos indicadores externos, tem pouca chance de reversão no curto prazo.

Embora o BNDES mantenha neste final de ano uma previsão de crescimento nos investimentos, na avaliação do banco, com exceção do setor de construção civil, os investimentos em infraestrutura e indústria, possivelmente sofrerão redução no decorrer do período. O setor de construção tende a ser menos afetado pelas restrições ao crédito e também é menos sensível à crise externa, sem contar com as demandas de programas como Minha Casa, Minha Vida e dos investimentos das obras das Olimpíadas em 2016 e a Copa em 2014.

O crescimento dos investimentos para o período de 2011-2014 está projetado em 10,2% ao ano. Boa parte desse crescimento é influenciada pelo setor de petróleo e gás, cujos investimentos, previstos são de R\$ 378 bilhões no período, responsável por quase 3% do total de crescimento dos

investimentos previstos anualmente até 2014 e desconsiderando o pré-sal, que ainda está em fase exploratória.

Só para ter uma idéia, os gastos com ampliação da capacidade produtiva em petróleo e gás, que representavam cerca de 6% da Formação Bruta de Capital Fixo da economia no início da década passada, devem chegar a 14% do total em 2011 (BNDES, 2011).

Na análise por segmento, construção civil deve crescer 11,5% ao ano, seguido por infraestrutura com 9% ao ano. Para os demais setores industriais, que não petróleo e gás, a projeção é de crescimento de 5,3% ao ano.

Se confirmado esse quadro, a taxa de investimento da economia brasileira subirá dos 18,7% alcançados em 2010 para 22,9% em 2014.

A Tabela abaixo apresenta os números de investimentos previstos já aprovados pelo BNDES, dos principais segmentos da economia, para o período de 2011-2014, como dito acima, comparado com o 2006-2009, o crescimento total anual é de 10,2% ao ano.

Tabela 1
Perspectiva para o investimento 2011-2014 (crescimento dos investimentos mapeados a preços de 2010)

Setores	Valores (R\$ bilhão)		Crescimento	
	2006-2009	2011-2014	%	% A.A.
Energia elétrica	104	139	34,0	6,0
Telecomunicações	62	72	14,9	2,8
Saneamento	26	41	56,9	9,4
Ferrovias	20	60	202,1	24,7
Transporte rodoviário	30	51	71,4	11,4
Portos	5	18	225,1	26,6
Infraestrutura	247	380	53,9	9,0
Petróleo e gás	205	378	84,3	13,0
Extrativa mineral	60	62	4,3	0,9
Siderurgia	28	33	16,8	3,2
Química	22	40	78,3	12,3
Veículos	25	33	31,4	5,6
Eletroeletrônica	20	29	48,0	8,2
Papel e celulose	18	28	51,6	8,7
Indústria	378	602	59,3	9,8
Edificações	353	607	72,0	11,5
Total	978	1.590	62,5	10,2

Fonte: BNDES

Esses números representam 45% dos investimentos totais da economia, pouco mais de 60% dos investimentos industriais e 90% dos investimentos em infraestrutura. Portanto, conseguir executar e ampliar essa previsão de investimentos (taxas de crescimento do investimento muito superior ao PIB) é fundamental para sustentar o crescimento dos próximos anos.

Segundo o BNDES, estima-se que os recursos liberados pelo banco geraram empregos da ordem de 847 mil no primeiro trimestre e 1,064 milhão no segundo semestre. Considerando a redução dos investimentos no segundo semestre, dado o cenário econômico, a estimativa de emprego ficará abaixo dos números para 2009 e 2010. Estima-se que a cada R\$ 1 milhão investido em projetos produtivos apoiados pelo BNDES, são gerados 25 empregos (diretos, indiretos e efeito-renda).

Ainda segundo o banco a participação dos empregos relacionados aos desembolsos avançou de 5,3%, em 2007, para 10%, em 2010 (considerando o universo da RAIS/MTE).

TABELA 2
Emprego gerado ou mantido do investimento total relacionado ao BNDES (2007-2011)⁴

Investimento: R\$ Bilhões
Emprego: Milhares

<i>PERÍODO</i>	<i>CORRENTE</i>	<i>CONSTANTE²</i>	<i>DIRETO</i>	<i>INDIRETO</i>	<i>EFEITO-REND</i>	<i>TOTAL</i>
2007	102,7	132,1	533	451	994	1.978
2008	167,6	193,7	794	622	1.425	2.841
2009	299,4	340,0	1.290	1.005	2.165	4.460
2010	302,1	324,9	1.078	1.039	2.239	4.356
2011/1T	52,1	52,1	208	203	436	847
2011/2T	68,9	68,9	270	251	544	1.064

Fontes: Elaboração BNDES, com base em dados de BNDES, IBGE e FGV. 1 Corresponde aos desembolsos do BNDES mais as contrapartidas dos mutuários. 2 Valores a preços constantes de 2010 deflacionados pelo IGP-DI.

⁴ **Emprego direto** – aquele que ocorre no setor que tem sua demanda final aquecida, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e nos serviços prestados às empresas;

Emprego indireto – corresponde aos postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelo aumento de demanda;

Emprego efeito-renda – consiste nos postos de trabalho que surgem a partir do gasto de parte da renda dos empregados diretos e indiretos em consumo, principalmente em setores produtores de bens-salário (alimentação, vestuário, serviços prestados às famílias etc.).

Para o BNDES, a alta do volume de investimentos previstos coloca no centro da agenda do desenvolvimento a questão do financiamento da Formação Bruta de Capital Fixo.

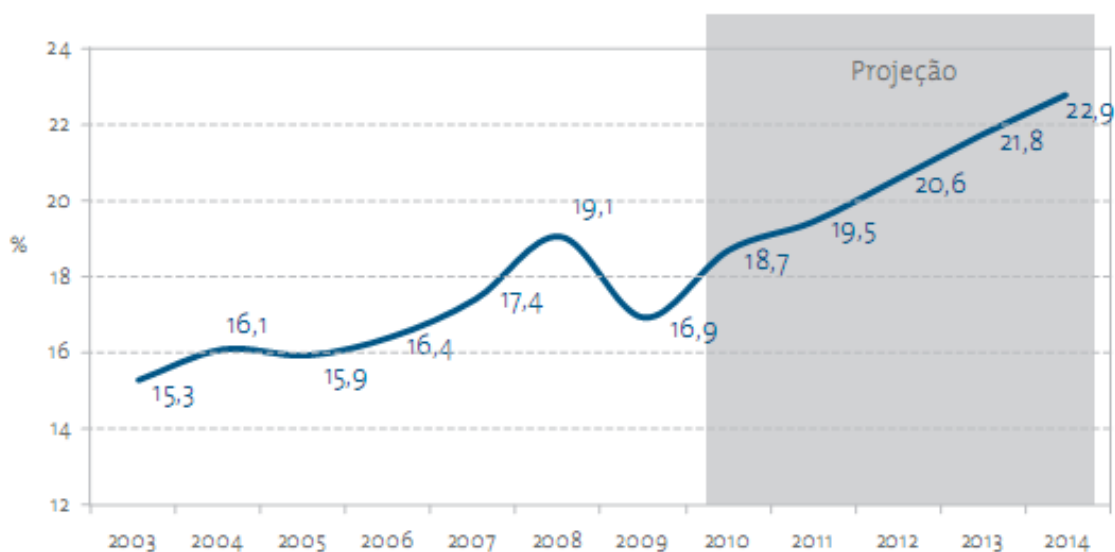
Desde 2007, a taxa de poupança doméstica encontra-se abaixo da taxa de investimento, obrigando os agentes a recorrer à poupança externa para o financiamento de novos investimentos.

Com a crise de 2008, os recursos de fontes privadas externas secaram. Em 2009, após a fase aguda da crise, os recursos de fontes privadas externas reduziram-se drasticamente, sobretudo do mercado de capitais, sendo em grande medida substituídos pela expansão dos financiamentos do BNDES, que alcançaram 43% desse conjunto.

A ampliação dos investimentos como proporção do PIB nos próximos anos não deverá ser acompanhada de elevação da poupança doméstica na mesma proporção. Como resultado, espera-se um aumento da dependência do financiamento externo.

GRÁFICO 4

Taxa de investimento FBCF/PIB (projeção a preços de 2010)



Fontes: IBGE (série 2003-2009) e BNDES (estimativa para 2010 e projeções para 2011-2014).

Investimento PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento executado e previsto

Uma das ações que influencia positivamente o crescimento das taxas de investimento é o PAC. O governo lançou em março de 2010, a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), incorporando novas ações nas áreas sociais e urbanas, infraestrutura logística e energética. Os investimentos do programa estão organizados em seis grandes eixos:

- - Transportes
- - Energia
- - Cidade Melhor
- - Comunidade Cidadã
- - Minha Casa, Minha Vida
- - Água e Luz para Todos

PAC Energia

Para gerar mais energia elétrica, 76 projetos de usinas estão em andamento no Brasil. Juntas, acrescentarão 26.252 MW ao parque gerador brasileiro. As obras desse item são:

- Hidrelétricas: Estão em obras as hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, que começaram em 2011.
- Transmissão: no primeiro semestre de 2011 foram concluídas as obras de quatro linhas de transmissão e foram iniciadas este ano as obras de interligação das usinas do Madeira, que permitirão o escoamento da energia para o resto do País. Outras 21 linhas e 19 subestações estão em andamento.
- Etanol: será implementado o Sistema Logístico de Etanol, que vai ligar as regiões produtoras – Goiás, Minas Gerais e São Paulo – aos mercados consumidores – Rio de Janeiro e São Paulo. O sistema prevê a construção de instalações para coleta e transporte por dutos, permitindo também o escoamento da produção por portos marítimos.

- Petróleo e Gás Natural: pesquisas exploratórias, perfuração de poços, construção de plataformas de petróleo e o desenvolvimento da produção, incluindo o alto potencial da camada Pré-Sal. Em Refino e Petroquímica destacam-se as obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), das refinarias Abreu e Lima e Premium I e II.
- Indústria Naval: no primeiro semestre de 2011 foram contratados 56 empreendimentos e concluídas 14 novas embarcações.

Considerando-se os investimentos, 92% dos empreendimentos do eixo de Energia estão em ritmo adequado, 5% em estado de atenção e apenas 1% com status preocupante. **Estão concluídos 2% dos empreendimentos.**

PAC Habitação

A previsão é de que em quatro anos (2011-14) sejam investidos R\$ 279 bilhões, distribuído em Três linhas, para construção de 2 milhões de unidades

- R\$ 30,5 bilhões para urbanização de assentamentos precários;
- R\$ 72,5 bilhões para o programa Minha Casa, Minha Vida. Foram executados R\$ 60,7 bilhões.
- R\$ 176 bilhões para o financiamento habitacional realizados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

PAC Cidade melhor

São ações de infraestrutura como saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana e pavimentação, em parceria com estados e municípios.

- Saneamento: R\$ 25,2 bilhões em obras contratadas, das quais 87% já estão em fase de execução. Foram selecionados R\$ 6 bilhões em projetos de 22 estados, que beneficiarão 230 municípios. Esses empreendimentos estão em fase de contratação.

- Ações para Prevenção em Áreas de Risco (deslizamentos, enchentes e inundações): foram contratadas R\$ 5,2 bilhões em obras, sendo que 59% está em andamento e 31% de execução física.
- Obras de drenagem: R\$ 4 bilhões em obras de drenagem em 64 municípios de cinco estados. Para obras de contenção de encostas foram alocados R\$ 544 milhões, que serão investidos em 67 municípios de quatro estados.
- Mobilidade Urbana: investimentos previstos da ordem de R\$ 18 bilhões em projetos para ampliar a capacidade de locomoção e melhorar o transporte público nas cidades com mais de 700 mil habitantes. Em 2011, foram iniciadas as obras de construção da primeira linha do Aeromóvel no Brasil, que ligará o aeroporto Salgado Filho ao sistema de trens metropolitanos de Porto Alegre, cuja obra de expansão está em fase final.
- Pavimentação: previstos R\$ 6 bilhões para pavimentar bairros ou localidades em áreas urbanas, priorizando as regiões que concentram população de baixa renda.

PAC Comunidade Cidadã

São obras para aumentar a oferta de serviços e equipamentos públicos nas áreas de cultura, educação, lazer e saúde. Para este eixo do PAC 2 serão investidos, entre 2011 e 2014, R\$ 22,4 bilhões, sendo que até agora as ações selecionadas atingem R\$ 3,5 bilhões para a construção de:

- UPAs, as Unidades de Pronto Atendimento: construção de 119 UPAs em 96 municípios brasileiros. As UPAs realizam exames e prestam atendimento de urgência, que ajuda a desafogar os hospitais.
- UBS, as Unidades Básicas de Saúde: construção de 2.122 UBSs em 1.163 municípios. As UBSs ampliam oferta de atenção básica e integral de saúde e servem de apoio para as equipes do Programa Saúde da Família.

- Creches e pré-escola: 6 mil novas unidades. Para 2011, R\$ 1,5 bilhão (do total de R\$ 7,6 bilhões de investimento) já está selecionado para construir 1.484 unidades em 1.040 municípios de 26 estados.
- Quadras esportivas nas escolas: construir 6.116 quadras cobertas e 4 mil coberturas para as já existentes, serão construídas também.
- Praças dos Esportes e da Cultura: serão criadas 800 Praças dos Esportes e da Cultura, no primeiro semestre de 2011 foram selecionadas 401 praças em 362 municípios, totalizando um investimento de R\$ 901 milhões

PAC Água e Luz para Todos

Investimento em adutoras, estações de tratamento, reservatórios, entre outras obras para aumentar a produção e a cobertura de água, melhorar a regularidade na distribuição e reduzir perdas no armazenamento e transporte da água. Para essas ações, no primeiro semestre de 2011 foram contratados R\$ 9,5 bilhões em obras, das quais 80% estão em andamento.

Na parte de Recursos Hídricos, o foco é ampliar o abastecimento de água e revitalizar bacias. No total, 59 obras estão em andamento em 2011. As ações de revitalização das bacias do São Francisco e Parnaíba já foram concluídas. Estão em andamento 13 obras de esgotamento sanitário naquelas regiões.

O acesso à energia elétrica será viabilizado por meio do Programa Luz Para Todos, em uma ação integrada com o Plano Brasil Sem Miséria. A meta é realizar 813 mil ligações até 2014. Deste total, 257 mil ligações atenderão ao Brasil sem Miséria. O programa já fez 132 mil ligações nos primeiros meses de 2011.

As obras são realizadas em parceria com estados e municípios. O governo federal disponibiliza recursos e os demais entes federados apresentam projetos, fazem licitações e executam os empreendimentos.

PAC Transportes

Rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, hidrovias e aquisição de equipamentos. Essas são as ações predominantes do eixo Transporte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com vistas à proporcionar ao Brasil uma rede logística que atenda à crescente demanda de viajantes e mercadorias.

As obras já começaram em todos os sistemas. O PAC 2 prevê a construção de quase 8 mil km de rodovias e obras de manutenção em outros 55 mil km. No primeiro semestre de 2011, trechos das rodovias BR-101 no Nordeste e em Santa Catarina, BR-262 e BR-050 (ambas em Minas Gerais) e BR-386 (no Rio Grande do Sul) estão com obras de duplicação em andamento. Outros 4.859 km rodovias estão em fase de construção e pavimentação.

Ainda no sistema rodoviário, o PAC 2 disponibilizará recursos para a compra de equipamentos, como motoniveladoras e retroescavadeiras, para auxiliar na recuperação das estradas do interior do Brasil e, conseqüentemente, melhorar a produção e a circulação de produtos e mercadorias em 1.299 municípios com até 50 mil habitantes.

No setor de ferrovias quase 3,5 mil km de obras estão em andamento. Ferrovias como a Norte-Sul e a Nova Transnordestina estão em obras.

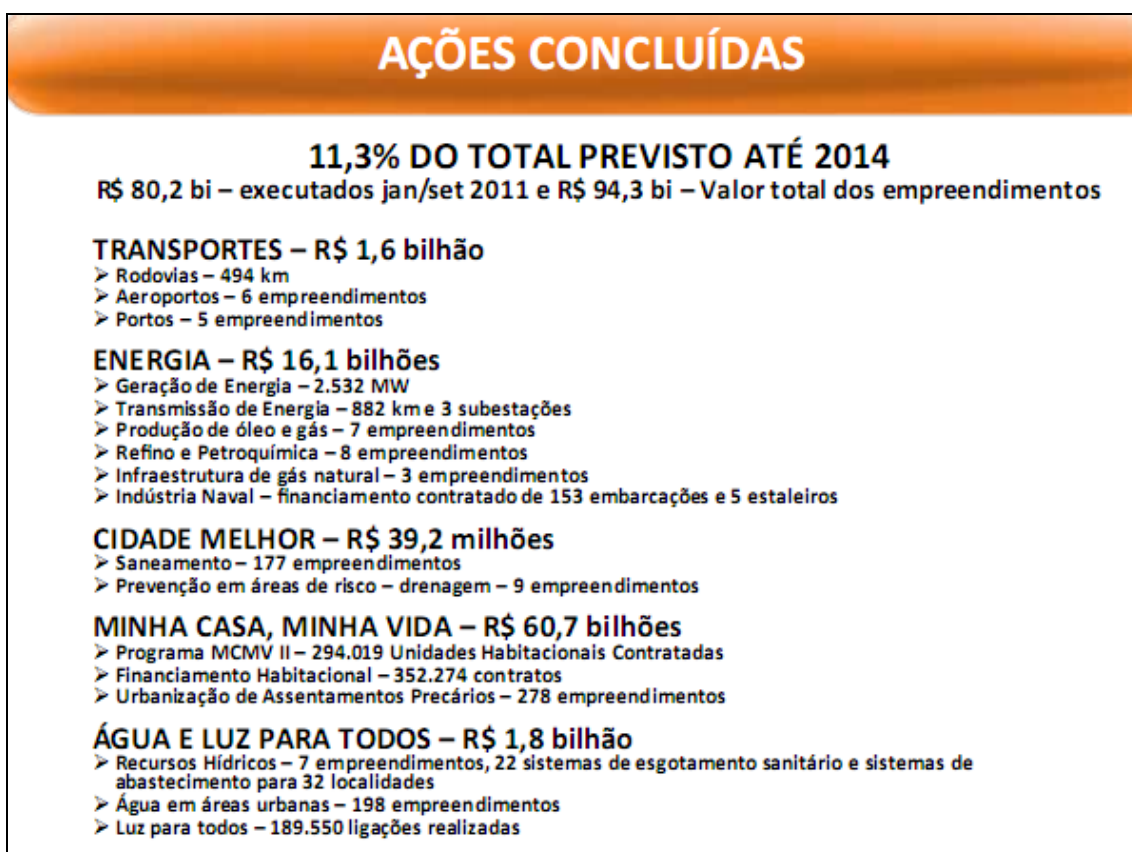
Já os investimentos nos aeroportos têm como principal objetivo adequar o País à nova demanda de passageiros - crescente a cada ano - além de preparar o Brasil para grandes eventos internacionais. A garantia da qualidade no atendimento aos viajantes, o aumento da segurança e o aumento da capacidade de armazenagem e distribuição de cargas, também são metas perseguidas pelo PAC Transportes.

Em agosto de 2011 foi inaugurado no aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), um módulo operacional, com área de 1.200 m²,

proporcionando um aumento de mais 2,5 milhões de passageiros por ano. Outros seis módulos semelhantes nos aeroportos de Brasília (DF), Cuiabá (MT), Goiânia (GO), Guarulhos (SP) e Porto Alegre (RS) devem ser inaugurados até o fim do ano.

Portos e hidrovias são os outros dois sistemas que recebem atenção do PAC 2. As ações de ampliação, recuperação e modernização de portos vão reduzir os custos logísticos, aumentar a competitividade e melhorar a eficiência operacional portuária. Os empreendimentos nas hidrovias buscam melhorar a navegabilidade dos rios brasileiros para aumentar a segurança de navegação e diminuir o custo do frete desta modalidade de transporte.

Resumindo:



Fonte: 2º. Balanço PAC 2, Jul-Set, 2011, Governo Federal.

Até setembro de 2011, a execução global do programa – que inclui Orçamento Geral da União (OGU) Fiscal e Seguridade, estatais e setor privado – foi de R\$ 143,6 bilhões ou 15% do total previsto para o período de 2011 a 2014. Houve um aumento de 66% no ritmo de execução entre junho e setembro desse ano

As ações concluídas já somam, até setembro de 2011, 11,3% do total previsto até 2014. Isso significa que R\$ 80,2 bilhões foram executados entre janeiro e setembro de 2011. Dentre as obras concluídas, entre julho e setembro de 2011, destacam-se Usina Hidrelétrica de Dardanelos (MT); a duplicação da BR-262, entre Betim e Nova Serrana (MG); a finalização da 1ª fase de aprofundamento do Porto do Rio de Janeiro (RJ); o início da operação da plataforma P-56 (RJ); a conclusão do trecho IV do Eixão das Águas (CE); quatro módulos operacionais de passageiros nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos (SP), Vitória (ES) e Goiânia (GO); 248 quilômetros de linha de

transmissão de Chapadão (MS) a Ilha Solteira (SP); o Emissário Submarino de Salvador (BA); e a urbanização do Jardim São Francisco (SP).

O PAC 2 segue em ritmo acelerado em 2011, com um aumento de 66% na execução orçamentária entre junho e setembro deste ano – de R\$ 86,4 bilhões para R\$ 143,6 bilhões. A execução até 30 de setembro de 2011 representa 15% da prevista para o período 2011-2014.

Desse total, R\$ 55,2 bilhões correspondem ao financiamento habitacional a pessoa física; R\$ 41,4 bilhões ao executado pelas empresas estatais; R\$ 25,6 bilhões ao setor privado; e R\$ 13,2 bilhões ao Orçamento Geral da União (OGU) Fiscal e Seguridade. Os valores restantes se referem ao Programa Minha Casa, Minha Vida, R\$ 5,4 bilhões; financiamento ao setor público, R\$ 2 bilhões; e contrapartidas de estados e municípios, R\$ 700 milhões.

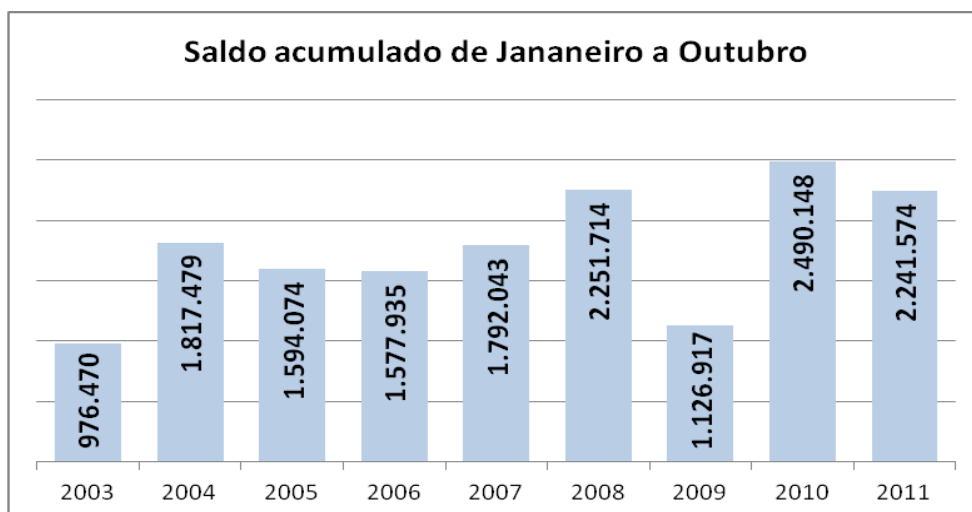
No entanto, é importante salientar que esses empregos são estimados. Como não há cláusulas no contrato que estipulem a necessidade de garantir a criação desses postos de trabalho, como não há monitoramento algum sobre a geração desses empregos, não se pode afirmar que esses números se concretizaram.

Outro ponto que merece destaque é que não há fiscalização sobre a qualidade desses empregos gerados.

Comportamento do Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho brasileiro segue na trajetória de crescimento, quando comparado a dezembro de 2010, com crescimento de 6,24%. No entanto, quando comparado com o mesmo período de 2010 (saldo acumulado entre janeiro e outubro de 2010 e 2011) apresenta queda de 9,98% (Tabela 3), indicativo que o mercado de trabalho formal também vem sentido a desaceleração da economia.

GRÁFICO 5

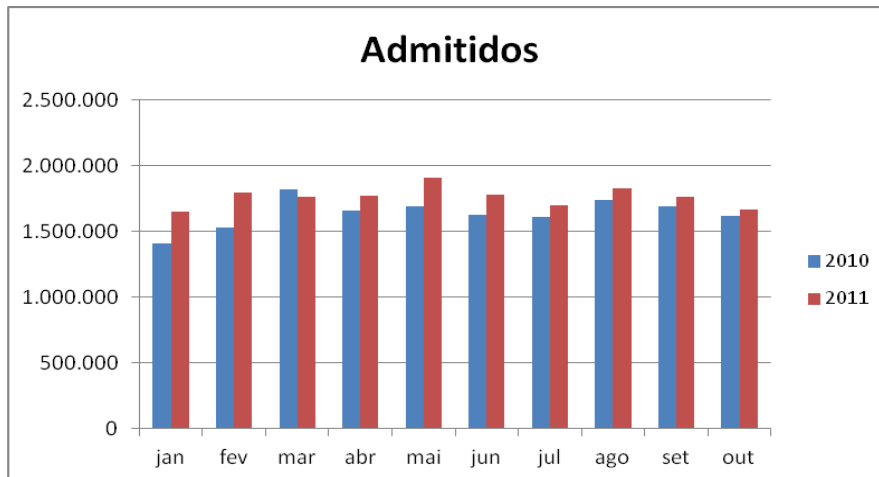


Fonte: Caged/MTE, Outubro 2011, Rais/MTE 2010. Elaboração: DIEESE - CUT Nacional, 2011.
Nota: com ajuste em 2011.

Observando o movimento dos admitidos em 2011, apesar da desaceleração observada em outubro, que junto com janeiro apresenta o menor número mensal de admitidos no ano de 2011, verifica-se que os resultados são superiores aos observados para os mesmos meses em 2010, com exceção de março.

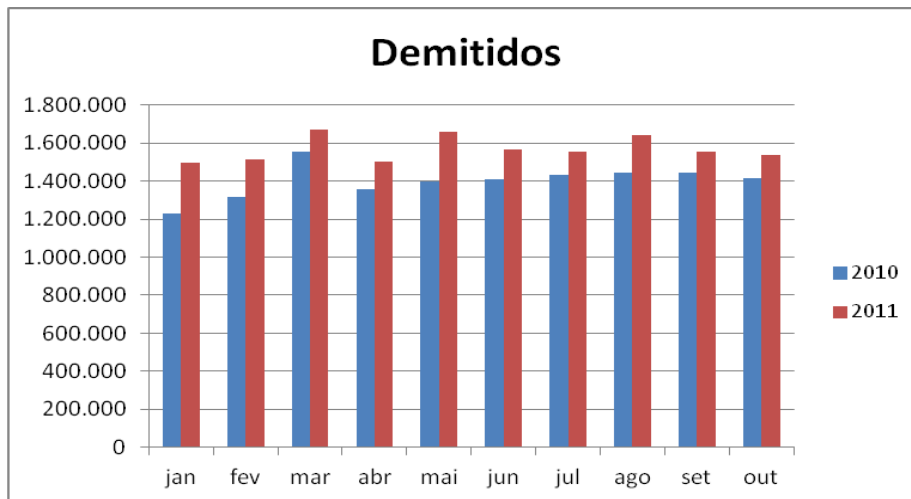
O número de demitidos também recuou em relação a setembro, resultando em saldo positivo de 126.143 postos de trabalho formais. Esse número, no entanto, é 38,4% menor do que o saldo para o mesmo período em 2010.

GRÁFICO 6



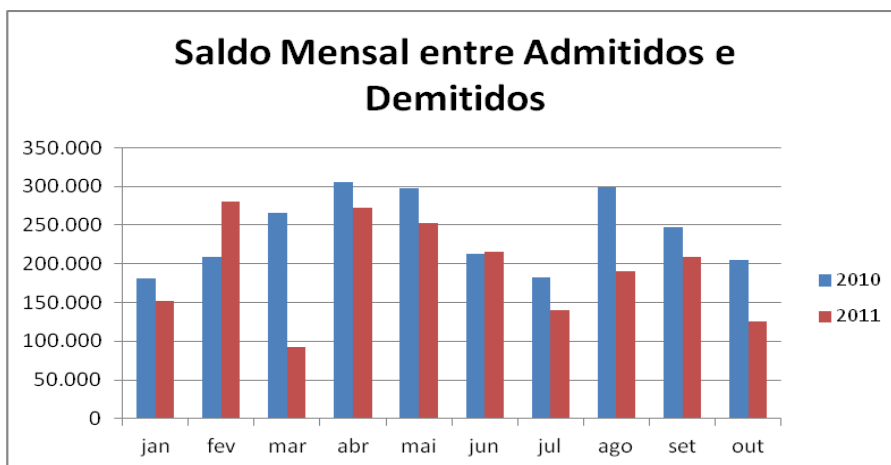
Fonte: Caged/MTE Outubro, 2011. Elaboração: DIEESE/CUT Nacional, 2011.

GRÁFICO 7



Fonte: Caged/MTE Outubro, 2011. Elaboração: DIEESE/CUT Nacional, 2011.

GRÁFICO 8



Fonte: Caged/MTE Outubro, 2011. Elaboração: DIEESE/CUT Nacional, 2011.

A análise por setores mostra que alguns setores se mantiveram praticamente estagnados, com percentuais em torno de 0,1% (extrativa mineral, **indústria de transformação**, Serviços industriais de utilidade pública e Administração pública).

A agropecuária apresentou resultado negativo, o que já havia ocorrido em agosto e setembro, com saldo entre admitidos e desligados de -29.913. O resultado negativo desse setor é comum nos meses de agosto a dezembro, o diferencial é que esse ano o ajuste tem sido maior: enquanto o saldo negativo para o mês de outubro ficou em -11.569 em 2009 e -24.616 em 2010, esse ano registrou a marca de -29.913.

TABELA 3

Saldo de novas vagas formais geradas (saldo entre admitidos e desligados), Brasil, janeiro a outubro de 2011, em número de trabalhadores

Setores	Saldo de outubro 2011		Acumulado Janeiro a outubro 2011	
	Número	%	Número	%
Extrativa mineral	1.224	0,6	19.077	10,1
Ind de Transformação	5.206	0,06	407.520	5,09
Serviços industriais de utilidade pública	380	0,1	10.843	2,84
Construção civil	10.298	0,37	309.425	12,19
Comércio	60.878	0,74	332.975	4,13
Serviços	77.201	0,51	932.785	6,48
Administração pública	869	0,1	34.013	3,79
Agropecuária	-29.913	-1,77	194.936	13,09
Total	126.143	0,33	2.241.574	6,24

Fonte: Caged/MTE, Outubro, 2011. Elaboração: DIEESE/CUT Nacional, 2011.

Por região, no acumulado do ano, o saldo de empregos formais gerados ficou assim:

- Nordeste: -5,0%
- Norte: -7,2%
- Sul: -9,5%
- Centro-Oeste: +36,0%
- Sudeste: +54,6%.

A alta rotatividade (pouco mais de um ano no posto de trabalho) e a prática de contratação de trabalhadores com salários mais baixos que os desligados permanecem como principais características do mercado de trabalho brasileiro em 2011.

TABELA 4
Número de trabalhadores formais, salário mensal e tempo de emprego, Janeiro a Outubro de 2011

Mês	Admitidos		Desligados			Diferença entre o salário dos Admitidos/ Desligados
	Número de Trabalhadores	Salário mensal (R\$)	Número de Trabalhadores	Salário mensal (R\$)	Tempo de emprego (ano)	
janeiro	1.650.372	902,50	1.498.281	926,56	1,37	-2,60
Fevereiro	1.797.217	880,73	1.516.418	945,21	1,41	-6,82
Março	1.765.922	885,31	1.673.247	942,17	1,38	-6,03
Abril	1.774.378	890,37	1.502.153	959,07	1,35	-7,16
Maio	1.912.665	898,96	1.660.598	964,60	1,44	-6,81
Junho	1.781.817	915,22	1.566.424	980,46	1,44	-6,65
Julho	1.696.863	926,70	1.556.300	988,72	1,30	-6,27
Agosto	1.830.321	930,66	1.639.875	996,46	1,35	-6,60
Setembro	1.763.026	922,52	1.553.948	998,85	1,33	-7,64
Outubro	1.664.566	934,07	1.538.423	994,89	1,27	-6,11
Total	17.637.147	908,47	15.705.667	969,83	1,33	-6,33

Fonte: Caged/MTE, Setembro, 2011. Elaboração: DIEESE/CUT Nacional, 2011.

As informações da **Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED** mostram que, em outubro, o total de desempregados no conjunto das sete regiões onde a pesquisa é realizada foi estimado em 2.240 mil pessoas, 122 mil a menos do que no mês anterior. Após seis meses de relativa estabilidade, a taxa de desemprego total diminuiu, ao passar de 10,6%, em setembro, para os atuais 10,1%. Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto reduziu-se de 8,1% para 7,7% e a de desemprego oculto variou de 2,5% para 2,4%.

A taxa de desemprego total passou de 10,8%, em outubro de 2010, para 10,1%. A taxa de desemprego total retraiu-se em quase todas as regiões pesquisadas, com maior intensidade em Belo Horizonte e Porto Alegre. As

exceções foram Fortaleza e Salvador, onde essa taxa se elevou, em sintonia com os dados regionais do CAGED/MTE apresentados acima.

Entre setembro de 2010 e de 2011, no conjunto das sete regiões pesquisadas, os rendimentos médios reais de ocupados e assalariados diminuíram 3,8% e 3,6%, respectivamente. Regionalmente, o rendimento dos ocupados apresentou comportamento diferenciado: contraiu-se em Salvador (12,9%), Belo Horizonte (6,0%), São Paulo (4,8%) e Distrito Federal (1,1%); permaneceu relativamente estável em Porto Alegre (0,3%); e cresceu em Recife (5,0%) e Fortaleza (2,8%).

Perspectivas Incertas: desafios para os Trabalhadores

É fato que o mercado de trabalho teve papel fundamental na manutenção do crescimento econômico desde 2004, tanto devido aos resultados positivos das negociações salariais como pela política de valorização do salário mínimo, ambos permitindo a expansão do mercado interno de consumo. Porém, conforme já abordado anteriormente, a renda individual do trabalho tem permanecido estagnada, ainda que a massa (total da renda) e a ocupação tenham comportamento mais favorável.

O diagnóstico de queda da atividade da indústria de transformação, dos investimentos públicos e privados em formação bruta de capital fixo (embora ainda não revistos nas projeções do BNDES, que só o faz no primeiro semestre de cada ano), além da estagnação da renda do trabalho dos trabalhadores formais (CAGED) e da queda considerando o total dos ocupados (PED), que irá ter impactos no mercado interno, faz com que o grau de incerteza sobre o desempenho da economia para o final de ano e principalmente para 2012 cresça cada vez mais. Um alento é o aumento do salário mínimo de 14,26% para 2012, que pode aquecer a economia. Mas será suficiente, ainda mais em um contexto de crise econômica mundial?

Em que pese sua importância, somente o aumento do salário mínimo não será suficiente para que o país cresça 4%, o mínimo necessário para manutenção das conquistas sociais e no mercado de trabalho, obtidas desde

2004. Independente dos ainda incertos efeitos da crise internacional sobre o Brasil, a “lição de casa” do país envolve o aumento dos investimentos, tanto em formação bruta de capital fixo como nos investimentos públicos, além do aumento geral da renda do trabalho, que teriam efeitos mais fortes no mercado de consumo interno, a única forma viável de crescimento sustentável dentro deste contexto de crise mundial.

Embora existam algumas falas de membros do governo que apontam nesta direção, existem muitas incertezas quanto à opção que será feita. Do ponto de vista da política fiscal do governo federal, os sinais são contraditórios: ao mesmo tempo em que concede pacotes de isenções tributárias para o setor industrial, que de prático pouco efeito tem tido (mas à custa de considerável renúncia fiscal) e afirma que irá preservar o patamar de investimentos públicos; por outro lado afirma que irá cumprir a meta “cheia” do *superávit* primário e sem recorrer às deduções que podem ser feitas de investimento públicos e que vai procurar desacelerar o gasto com custeio, fazendo com que este cresça em velocidade inferior ao aumento do orçamento.

Com um quadro de desaceleração da atividade econômica, dada a base de arrecadação tributária ser “pró-cíclica” (cresce conforme a economia cresce e vice-versa), pode haver um menor ritmo no crescimento do orçamento. Com isso, é provável que “a conta não feche”, e que haja novos cortes nas verbas de custeio (investimentos principalmente), em prol da manutenção e cumprimento das metas de *superávit* primário⁵.

Outro aspecto importante são os investimentos privados e as suas possibilidades de crescimento. Analisando dados da consultoria “Economática” sobre os lucros das 335 maiores empresas com capital aberto no Brasil, de janeiro a setembro de 2010 e 2011, apesar de queda em alguns setores, somente no setor de eletrônicos e de papel e celulose houve resultado

⁵ Superávit primário são as receitas menos as despesas públicas, sem contar as contas financeiras (a maior é o gasto com juros da dívida pública). Com o atual patamar de juros brasileiro, a meta de *superávit* primário (3,3% do PIB ao ano) é insuficiente para pagar os juros da dívida pública, que foi de 5,1% do PIB em 2010. Esta diferença de 1,8% geralmente é financiada pela emissão de mais dívida, alimentando o seu principal.

negativo, sendo que em todos os outros os dados são positivos. No geral, o crescimento dos lucros destas empresas foi de 9,8% de 2010 para 2011, sendo que somente estas 335 empresas de capital aberto conseguiram um lucro líquido de **R\$ 151,1 bilhões** (de janeiro a setembro), maior do que todo o investimento feito no PAC.

Diante desta conjuntura econômica atual, frente à necessidade de aumento dos investimentos, e diante dos sucessivos lucros obtidos com o crescimento econômico, é mais do que o momento do empresariado “fazer a sua parte”, investindo e financiando recursos para aquecer mais a economia brasileira, permitindo melhor estruturação de sua dinâmica nos próximos anos. Vale apontar que dinâmica esta que proporcionaria mais lucros para as próprias empresas.

TABELA 5

Empresas abertas: lucro líquido (em R\$ milhões) das 335 maiores entre janeiro a setembro de 2010 a 2011, e variação %.

Quantidade de empresas	Setor	Lucro líquido de janeiro a setembro - em R\$ milhões		Variação 2011 X 2010	
		2011	2010	R\$ Milhões	%
23	Bancos	37.216	31.807	5.409	17,0
5	Mineração	29.505	20.098	9.407	46,8
7	Petróleo e Gás	28.385	24.975	3.410	13,7
38	Energia Elétrica	15.107	14.553	554	3,8
18	Alimentação e Bebidas	8.802	6.233	2.569	41,2
9	Telecomunicações	7.950	7.099	851	12,0
73	Outros	7.783	6.944	839	12,1
22	Siderurgia e Metalurgia	4.793	5.312	-519	-9,8
21	Construção	3.130	3.556	-426	-12,0
4	Software & Dados	2.409	2.626	-217	-8,3
16	Comércio	1.525	1.582	-57	-3,6
18	Veículos e Peças	1.157	1.547	-390	-25,2
1	Bolsa de Valores e commodities	857	883	-26	-2,9
11	Química	644	2.945	-2.301	-78,1
3	Seguradora	625	770	-145	-18,8
5	Máquinas Industriais	452	508	-56	-11,0
24	Têxtil	444	755	-311	-41,2
15	Transporte Serviço	423	2.978	-2.555	-85,8
2	Outras atividades relacionadas à investimentos financeiros	257	221	36	16,3
4	Agro e Pesca	144	11	133	1209,1
3	Minerais não metálicos	90	116	-26	-22,4
1	Corretora de seguros	90	-3	93	-3100,0
1	Instituições de intermediação de crédito (não receptora de depósitos)	17	61	-44	-72,1
6	Eletroeletrônicos	-38	695	-733	-105,5
5	Papel e Celulose	-640	1.314	-1.954	-148,7
335	Total Brasil	151.127	137.586	13.541	9,8

Fonte: Consultoria Econômica. Elaboração: Subseção DIEESE – CUT Nacional

Uma análise dos dados acima mostra que somente o setor de Eletroeletrônico e Papel e Celulose observaram (pelo menos até setembro) prejuízo neste levantamento em 2011, além de queda considerável do setor Químico e de Transportes (mas estes ainda auferindo lucros). E que os demais setores tiveram lucros consideráveis, mesmo que alguns tenham observado redução percentual, normal em um contexto onde a economia brasileira está desacelerando. Além disso, é preciso considerar que a base de comparação é o ano de 2010, o de maior crescimento econômico desde 1986 (7,5%), que logicamente elevou muito os lucros das empresas, o que pode levar a uma visão errada de que este ano o setor que apresenta queda está necessariamente em pior situação.

O próprio fato dos lucros terem crescido no geral e estar em patamar semelhante em muitas atividades mostra que a rentabilidade das empresas ainda está grande, já que 2011 o crescimento econômico será de menos da metade do resultado de 2010 (3% a 3,5%).

Outro aspecto importante dos dados é que os setores com maiores lucros são os bancos, mineração, petróleo e gás, alimentação e bebidas, construção, comércio, siderurgia/metalurgia e veículos e peças.

O fato dos bancos serem os que obtiveram maiores lucros é resultado tanto da política econômica de juros altos que os favorece como da alta concentração do mercado, que proporciona uma precificação de tarifas e de taxas de juros muito superiores ao que existiria em um ambiente mais concorrencial. Neste cenário de crise internacional, onde aumenta a dificuldade das empresas captarem recursos externos (mais baratos devido aos juros menores) o papel dos bancos poderia ser o de realizar empréstimos ao setor produtivo com taxas de juros em patamares semelhantes aos internacionais. Outro aspecto poderia ser a diminuição das taxas de juros cobradas ao consumidor, principalmente o *spread* das operações. Com isso, mais crédito poderia aquecer tanto os investimentos como a demanda.

Os setores industriais têm adotado neste cenário um comportamento de “preferência pela liquidez em caixa” ou aplicação em outros ativos que não os voltados para a formação bruta de capital fixo. Com o conservadorismo das empresas, além de perdas evidentes em termos de desenvolvimento para quando houver uma maior retomada da atividade econômica mundial e/ou brasileira (vão ter que “correr atrás” da demanda), ainda fica patente a total falta de compromisso com o país, de empresas que lucraram bilhões de reais nos últimos anos e que agora ou remetem recursos para suas filiais ou os mantêm em caixa.

A real questão: lucro x salário

Na verdade, por mais que o mercado de trabalho e os salários tenham tido resultados positivos desde 2004, o comportamento dos lucros tem se mantido muito mais estável e em patamares elevados, dado que a demanda interna tem oscilado menos.

Um elemento que explica a permanência das altas taxas de lucro é a considerável concentração de mercado em muitas atividades econômicas, que claramente atuam dentro de um “acordo” mesmo que este seja informal.

Um exemplo prático de como há concentração nos mercados produtores de bens e serviços é que os preços de boa parte do que consumimos, se de qualidade semelhante (ou seja, compete no mesmo mercado), também possuem preços semelhantes, como pode ser observado, por exemplo, nas taxas de juros cobradas pelos bancos no “cheque especial”, no preço dos carros, no preços de alimentos e bebidas, entre outros.

A verdade é que o grau de concorrência na economia brasileira é baixo, e isso acontece principalmente porque como o desenvolvimento capitalista brasileiro foi rápido (de 1930 a 1980), priorizou-se (e houve estímulos governamentais para tal) a constituição de grandes conglomerados econômicos, que se por um lado conseguiam aglutinar capital suficiente para a realização dos (grandes) investimentos necessários à estruturação da

economia brasileira, por outro significaram crescentes dificuldades de reversão desta situação, dado crescimento do poder econômico destes grupos, que atuam em mercados fortemente oligopolizados (com poucos produtores). Baixo grau de concorrência significa pouca competição por preço e mais que isso, a possibilidade de repasse integral de quaisquer aumentos de custos ou mesmo das margens de lucro. Como são poucos os produtores, os consumidores acabam por comprar estes produtos, mesmo com preços maiores, dada as poucas possibilidades de substituição dos produtos e/ou serviços. Além disso, o repasse integral de quaisquer aumentos de custos é outro sintoma da falta de concorrência, já que em mercados competitivos, aumento de preços significa migração de consumidores para outros fornecedores.

Outro aspecto é o relacionado à formação de preços no Brasil. A grande concentração de mercados promoveu o surgimento dos *price makers* ou “formadores de preços”, em mercados oligopolizados vendedores de produtos industriais (em especial bens duráveis, insumos industriais e bens de capital) e serviços especializados (como o financeiro), para o restante da economia, os chamado *price takers* ou “tomadores de preços”, que são geralmente os pequenos negócios e segmentos com poucas “barreiras à entrada”, como produtos/serviços de baixo valor agregado e sem diferenciação.

Nos setores “formadores de preço”, a lógica do processo de consolidação da economia brasileira desde o período 1930 a 1980 era, sinteticamente, a seguinte: como o mercado consumidor dos setores mais oligopolizados (bens duráveis, por exemplo) era reduzido, a prática da formação de preços para além dos custos permitia duas possibilidades: manter o preço reduzido e tentar expandir o mercado (através de ganhos de escala) ou elevar as taxas de lucro, de forma a maximização do lucro unitário (por unidade vendida); ou se obtinha um lucro de \$ 100 vendendo 10 unidades ou se obtinha os mesmos \$ 100 vendendo apenas 2 unidades de produto obtendo um lucro unitário de \$ 50 por produto. E se caso a demanda caísse seria possível até, no limite, aumentar o lucro unitário do produto para \$ 100, vendendo apenas uma unidade, garantindo o patamar de lucros esperados, mas gerando aumentos de preços mesmo sem pressão de demanda.

No caso brasileiro, dado o diagnóstico de insuficiência de renda (baixo potencial de consumo), a maior parte dos setores oligopolizados privilegiou a formação de preços através do segundo modelo, o de maximização dos lucros unitários por unidade vendida. Talvez isso explique porque o Brasil tem produtos e serviços muitos mais caros que os países com renda *per capita* semelhante, e em muitos casos, produtos e serviços mais caros que países desenvolvidos, já que nestes os impostos no mínimo são iguais ao Brasil (se não maiores).

Com isso se conformaram mercados oligopolizados em bens industriais (bens duráveis, insumos e bens de capital) e serviços especializados, além de uma formação de preços que privilegiava a maximização do lucro unitário por produto/serviço, ao invés de menores preços e vendas maiores. Pouco mudou desde então, mesmo com a abertura econômica.

Transpondo este quadro para o período recente, o crescimento da economia brasileira através do crescimento do mercado interno significou um aumento considerável no número de consumidores, que aliando facilidade de obtenção de crédito com aumento da renda do trabalho, provocaram um crescimento substancial na demanda por produtos e serviços no país, em especial de bens duráveis como veículos e eletroeletrônicos, o que aqueceu a produção de outros setores industriais. Este cenário também promoveu o aumento da população que tem acesso a serviços (em especial os financeiros), antes muito mais restrito.

O crescimento favoreceu muito os chamados setores “formadores de preços” ou oligopolizados, que formavam seus preços mediante a lógica de maximização do lucro unitário, que simplesmente mantiveram este arranjo de precificação, ao invés de modificá-lo. Resultado: os lucros se tornaram crescentes, em taxas muito altas. No nosso exemplo numérico foi como se a empresa mantivesse o lucro unitário (por unidade de produto/serviço) em \$ 50, mas ao invés de vender as duas unidades esperadas (para auferir \$ 100), ela

passasse de repente a vender 10, o que faz com que seu lucro possa atingir \$ 500.

Hoje em dia, já se sabe também que a precificação de produtos e serviços envolve a questão do *status* do produto, onde se procura colocar preços altos como forma de diferenciação de mercados e para indicar um produto de qualidade superior⁶, além da “financeirização” dos preços, que é basicamente utilização de parâmetros de retorno e/ou custo das aplicações financeiras para balizar as taxas de lucro e os preços (“custo de oportunidade”)

Retornando à tabela 5 (lucros), a conclusão que se chega é que os lucros estão predominantemente concentrados justamente nos setores que atuam segundo a citada lógica: mercados de produtores de bens e serviços oligopolizados, com altas taxas de lucro e grande poder de controle de preços (formadores de preço). A expansão de seus lucros se deu principalmente em torno do mercado interno e com a exceção momentânea do setor de eletroeletrônicos (que sente de forma mais forte às questões cambiais e das importações), são setores que se beneficiaram amplamente do crescimento do mercado interno.

Talvez este seja o grande debate a ser realizado no Brasil. Procurar entender como a “privatização de lucros e socialização de prejuízos” faz com que muitas empresas queiram se instalar no país e todas as existentes, mesmo reclamando do “custo Brasil”, não queiram se retirar do país: em períodos de “bonança” os lucros são estratosféricos; em períodos de negociação salarial os mesmos difundem a idéia de que os mesmos são inflacionários justamente por que já se sabe de antemão: qualquer aumento nos custos irão ser repassados aos preços; e em períodos de crise, aguardam pacotes tributários, flexibilização de direitos trabalhistas e políticas setoriais para manter seu *status quo*, sem qualquer compromisso com manutenção de empregos e de

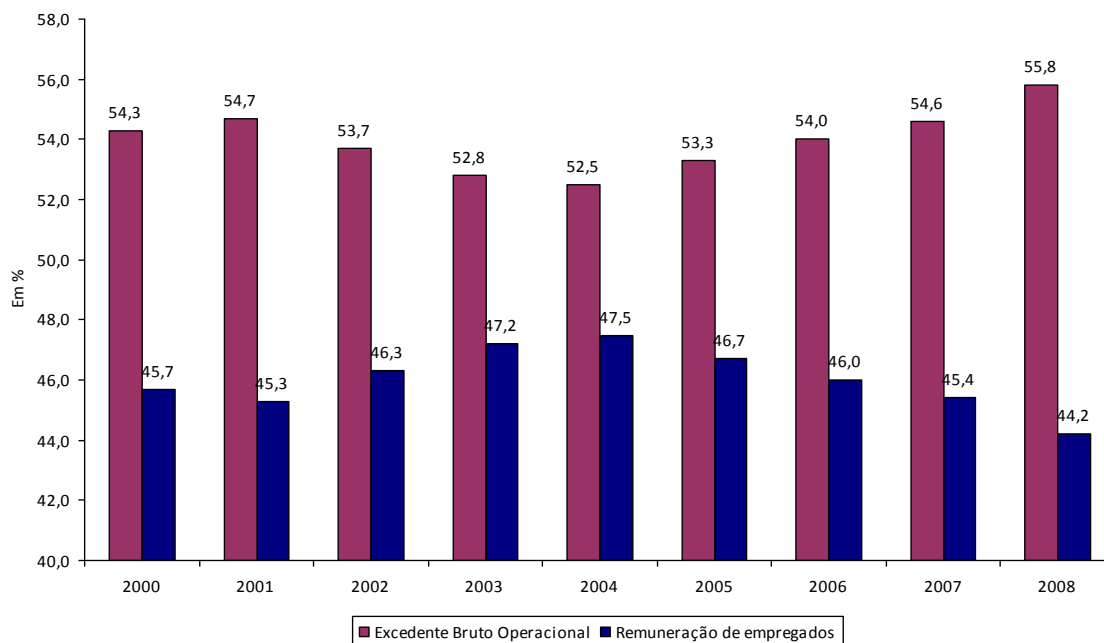
⁶ Um caso enigmático é o dos carros da empresa chinesa JAC, que poderiam ser vendidos por menos de R\$ 27.000, mas que são vendidos a partir de R\$ 38.000 para que o consumidor brasileiro não o tenha como um produto de qualidade inferior, opção essa feita a partir de pesquisas de opinião.

investimentos, redução de preços ou mesmo garantia que estes irão permanecer os mesmos (sem impedir aumentos).

Neste quadro, os consumidores e os trabalhadores são apenas agentes passivos, vivendo à *mercê* destes grandes grupos econômicos. No caso específico dos salários, no Brasil, um exemplo desta situação é que sempre a negociação salarial consiste na “recuperação” de perdas (se relaciona ao passado) e nunca se projeta para frente, ou seja, como é inflacionário um processo onde se negocia em cima da produção já realizada? Outro exemplo pode ser observado na distribuição funcional da renda, onde a “remuneração dos empregados” é menos da metade do total da renda nacional, sendo a maior parte o chamado “excedente operacional bruto”, constituído principalmente de lucros. Em outros países, ao contrário, como no caso da Alemanha, Japão, França, entre outros, esta proporção supera facilmente os 65%, ou seja, a renda derivada do trabalho é a maior parte da renda nacional, ao contrário do verificado no país.

GRÁFICO 9

Distribuição funcional da renda no Brasil, 2000 a 2008, em %.



Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais.
Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

O modelo de política econômica brasileiro não contribui para reverter esta situação, sendo esta inclusive uma discussão muito mais de *Economia Política* (as relações sociais envolvidas em determinado modelo econômico) do que de *Política Econômica* (quais instrumentos são utilizados e de que forma).

Esse debate deverá ser realizado se realmente quisermos mudar de forma concreta as relações de força e suas implicações políticas e econômicas.

DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT – Gestão 2009-2012

EXECUTIVA

PRESIDENTE

SECRETÁRIO GERAL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DE TRABALHO

SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO

SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL

SECRETÁRIA DA MULHER TRABALHADORA

SECRETÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS

SECRETÁRIA DA SAÚDE DO TRABALHADOR

SECRETÁRIA DA JUVENTUDE

SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE

SECRETÁRIA DE COMBATE AO RACISMO

ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS

QUINTINO MARQUES SEVERO

VAGNER FREITAS DE MORAES

ROSANE BERTOTTI

JOÃO ANTONIO FELICIO

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

JOSÉ CELESTINO LOURENÇO

JACY AFONSO DE MELO

ROSANE DA SILVA

EXPEDITO SOLANEY PEREIRA DE MAGALHÃES

JUNÉIA MARTINS BATISTA

ROSANA SOUSA DE DEUS

CARMEN HELENA FERREIRA FORO

MARIA JÚLIA REIS NOGUEIRA

DIREÇÃO EXECUTIVA

ANTONIO DE LISBOA AMANCIO VALE

APARECIDO DONIZETI DA SILVA

DARY BECK FILHO

ELISANGELA DOS SANTOS ARAÚJO

JASSEIR ALVES FERNANDES

JÚLIO TURRA

PEDRO ARMENGOL DE SOUZA

ROGÉRIO BATISTA PANTOJA

SHAKESPEARE MARTINS DE JESUS

VALEIR ERTLE

CONSELHO FISCAL

TITULAR

JOICE BELMIRA DA SILVA

PEDRO DE ALMEIDA DOS ANJOS

WALDIR MAURICIO DA COSTA FILHO

SUPLENTE

MARLENE TEREZINHA RUZA

SERGIO IRINEU BOLZAN

RUBENS GRACIANO